

textualizada e formal, o estudo do professor Hansen pode trazer subsídios para a discussão dos pressupostos dos diferentes modelos avaliativos da expressão oral e escrita de nossos alunos.

Entre as conclusões a que chegam os professores-pesquisadores, podemos destacar aquela em que afirmam terem aprendido que o aluno não está "perdido" e que seu trabalho junto a ele "vale a pena".

Nesse sentido, parece-me que os autores ficam ainda nos devendo uma ampla divulgação de sua atuação pedagógica no curso noturno da Faculdade Medianeira. Por outro lado, tendo a pesquisa focalizado os alunos que se iniciavam no ciclo básico, poderla ser importante ouvi-los posteriormente, como concluintes dos respectivos cursos. Naturalmente, esta sugestão nada tem em comum com uma visão linear do processo educativo, numa busca vã de causas e efeitos. Entretanto, a composição do complexo mosaico formado pelas vivências dos trabalhadores-estudantes poderia ser enriquecida pela análise de seus depoimentos após sua experiência de vida acadêmica; experiência essa sem dúvida marcada pelo trabalho de um grupo de professores seriamente comprometido com a educação efetiva da classe trabalhadora.

Dagmar Zibas

A PRÉ-ESCOLA EM SÃO PAULO (1877 a 1940)

TIZUKO MORCHIDA KISHIMOTO

São Paulo, Loyola, 1988.

(Coleção Educar, 9)

Questões suscitadas pelo debate atual sobre a pré-escola e sua incorporação ao sistema de ensino brasileiro motivaram uma alentada e impecável pesquisa sobre os primórdios das instituições voltadas para o atendimento das crianças pequenas. Essa volta às origens resultou numa tese de doutoramento, de-

fendida na Faculdade de Educação da USP em 1986, e no livro agora publicado, que nos oferece uma preciosa reconstituição deste processo histórico.

A evolução da pré-escola paulista é minuciosamente esquadrihada a partir do levantamento exaustivo de entidades que se dedicaram à educação infantil, da consulta a seus arquivos; da revisão da legislação do período, da leitura dos anais da Câmara de deputados; dos jornais da época; e da realização de entrevistas com pessoas que vivenciaram este processo enquanto professores, ou alunos. Esta farta documentação, que permanecia praticamente inexplorada, permite uma descrição pormenorizada dos objetivos, clientela, funcionamento, orientação pedagógica, natureza das entidades mantenedoras dos diferentes tipos de instituições rastreadas até 1940 (asilos, creches, jardins de infância e escolas maternas), assim como suscita uma análise fina e uma discussão argumentada do significado mesmo dessa diferença.

Um panorama do processo de implantação de estabelecimentos de educação infantil nos Estados Unidos e na Europa, no século XIX, permite situar a análise do atendimento em São Paulo numa perspectiva comparativa.

Ao retratar o histórico da educação pré-escolar, Kishimoto constata a existência de duas trajetórias claramente diferenciadas: uma, a das creches (e naturalmente também a dos asilos) que, destinadas à infância desválida, têm precipuamente a função de guarda e nenhum propósito educativo; outra, a dos jardins de infância, destinados a uma elite esclarecida disposta a experimentar inovações pedagógicas na educação de seus filhos. Entre essas duas trajetórias mais nítidas, a escola maternal teria desempenhado um papel de passarela ou de transição, na medida em que, apesar de ter surgido como instituição meramente assistencial, vai adquirir, a partir da década de 20, um caráter híbrido, misto de assistencial e educativo. Para a tristeza de Kishimoto, a proposta de Froebel — que visava inovar a educação popular — sofre no Brasil uma inversão (aqui as idéias estão constantemente "fora do lugar"...) em razão de preconceitos de classe que negavam caráter

educativo a instituições assistenciais, como jardins de infância, e impediam que estes adotassem métodos pedagógicos experimentais, uma vez que as crianças das classes trabalhadoras precisariam de ordem e disciplina. Vários mal-entendidos atuais estariam enraizados nas ambigüidades geradas por este labirinto de trajetórias, onde se sobrepõem sistemas educativos de sentido oposto.

A revelação mais surpreendente da documentação histórica talvez não seja o fato de que, desde o início da industrialização, as creches tenham funcionado como depósitos para os filhos das mulheres que necessitavam trabalhar, mas o relativo sucesso de inovações educacionais entre a elite paulista.

Embora a autora relativize a afirmação de Fernando de Azevedo a respeito do caráter progressista e liberador da influência protestante, por oposição ao conservantismo católico na área educativa, seus dados parecem confirmar diferenças significativas na concepção de educação de acordo com a orientação religiosa. Assim, enquanto colégios protestantes — como é o caso pioneiro da Escola Americana desde 1877 — oferecem para sua clientela usual educação pré-escolar mista como parte do currículo, instituições católicas vão criar escolas maternais (bem mais tarde) para uma clientela diferente da sua, com finalidades caridosas. Independentemente do tipo de fundamentação pedagógica, os jardins de infância mantidos por instituições católicas veiculam, em sua própria concepção, a crença de que a criança pequena só deve freqüentar instituições de ensino quando privada da presença da mãe, em situações de anomia familiar.

Lido à contraluz, o livro revela um operoso mundo feminino na São Paulo do início do século: são as

mães que trabalham fora e precisam de um local para deixar seus filhos, são sempre mulheres, muitas vezes freiras, que trabalham nos asilos, creches, jardins e escolas maternais cuidando das crianças, são as beneméritas que, em associações ou por iniciativa própria, criam tais instituições e muitas vezes as administram diligentemente. O primeiro aspecto da atividade feminina é o mais estudado e talvez seja o apresentado de forma menos estimulante no livro, porque embora a autora correlacione a expansão do atendimento à primeira infância à urbanização e à industrialização, não fornece informações mais detalhadas e vivas sobre a incorporação feminina à força de trabalho, seus fluxos e refluxos. São, no entanto, ricos e variados os dados a respeito do espaço de profissionalização aberto pelas instituições pré-escolares para as mulheres, espaço hierarquizado certamente, mas onde despontam antes mesmo da virada do século figuras de profissionais enérgicas que não aceitam cargos por "divergências salariais". Outro terreno fértil em sugestões para a pesquisa é o do associativismo feminino de caráter filantrópico que, focado de um ângulo menos preconceituoso, revela-se como um espaço resguardado de sociabilidade, mas também de reconhecimento de competência, que funciona como sucedâneo da atividade profissional e que eventualmente pode servir de transição para profissionalização.

Esta irrepreensível reconstrução da história das instituições destinadas à primeira infância descobre um sem-número de veios para a investigação, tanto no campo da história da educação quanto no campo dos estudos de gênero.

Albertina de Oliveira Costa